

**Mariana Transmissora de
Energia Elétrica S.A.**

**Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo
em 31 de Dezembro de 2014**

Demonstrações Financeiras

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014

Conteúdo

Relatório da Administração.....	1-2
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1-2
Balancos patrimoniais	3
Demonstrações do resultado	4
Demonstrações do resultado abrangente	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstrações dos fluxos de caixa	7
Demonstrações do valor adicionado	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9-32

Relatório da Administração

A Administração da Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("Mariana" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à apreciação dos senhores acionistas o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras acompanhadas das notas explicativas e do respectivo relatório dos auditores independentes relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

A Companhia

A Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A. é 100% controlada pela Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa").

Governança Corporativa

A Taesa realiza atividades de "back-office" para atividades administrativas da Mariana e procura implantar na concessão os mesmos princípios de Governança Corporativa e Qualidade, comuns a todas as concessões em que o Grupo Taesa possua participação.

Declaração da Diretoria

Os membros da Diretoria da Companhia, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia e com a opinião dos auditores independentes da Companhia expressa no Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014.

Relacionamento com os Auditores Independentes

A Companhia contratou a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes para prestação de serviços de auditoria independente para o exercício de 2014 no valor de R\$46 mil, prorrogáveis por mais 2 anos com reavaliação de honorários para o exercício de 2015.

As políticas da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos seus auditores independentes visam assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor. Durante o exercício de 2014, nossos auditores independentes não prestaram serviços não relacionados à auditoria.

Balanco Social

1 - Base de Cálculo	2014 (R\$ mil)		
Receita líquida (RL)	2.669		
Resultado operacional (RO)	49		
Folha de pagamento bruta (FPB)	0		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	0	0,00%	0,00%
Encargos sociais compulsórios	0	0,00%	0,00%
Previdência privada	0	0,00%	0,00%
Saúde	0	0,00%	0,00%
Segurança e saúde no trabalho	0	0,00%	0,00%
Educação	0	0,00%	0,00%
Cultura	0	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	0	0,00%	0,00%
Creches ou auxílio-creche	0	0,00%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados	0	0,00%	0,00%
Outros	0	0,00%	0,00%
Total - Indicadores sociais internos	0	0,00%	0,00%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Educação	0	0,00%	0,00%
Cultura	0	0,00%	0,00%
Saúde e saneamento	0	0,00%	0,00%
Esporte	0	0,00%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0,00%	0,00%
Outros	0	0,00%	0,00%
Total das contribuições para a sociedade	0	0,00%	0,00%
Tributos (excluídos encargos sociais)	950	1938,78%	35,59%
Total - Indicadores sociais externos	950	1938,78%	35,59%
4 - Indicadores Ambientais	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	0	0,00%	0,00%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	0	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	0	0,00%	0,00%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	☐ não possui metas ☐ cumpre de 51 a 75% ☐ cumpre de 0 a 50% ☐ cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2014		
Nº de empregados(as) ao final do período	0		
Nº de admissões durante o período	0		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	0		
Nº de estagiários(as)	0		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	0		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	0		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	0,00%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	0		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	0,00%		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	0		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2014		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	0%		
Número total de acidentes de trabalho	0		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	☐ direção	☒ direção e gerências	☐ todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	☐ direção e gerências	☐ todos(as) empregados(as)	☐ todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	☐ não se envolve	☐ segue as normas da OIT	☐ incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	☐ direção	☐ direção e gerências	☐ todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	☐ direção	☐ direção e gerências	☐ todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	☐ não são considerados	☐ são sugeridos	☒ são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	☐ não se envolve	☐ apóia	☐ organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa	no Procon	na Justiça
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa %	no Procon %	na Justiça %
Valor adicionado total a distribuir (em R\$ mil):	Em 2014: 1.833		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	51,83% governo 0,38% terceiros	36,44% retido 11,35% acionistas	
7 - Outras Informações			
A Companhia não possui funcionários e todos os trabalhos são prestados pela Taesa por meio de contrato de back-office.			

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações Financeiras Comparativas Não Auditadas

As demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentadas para fins de comparação, não foram auditadas.

Demonstração do valor adicionado

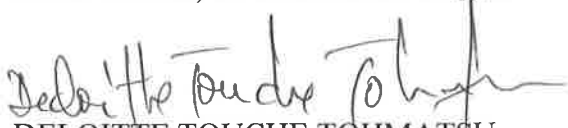
Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (“DVA”), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Ênfase

Outros assuntos específicos - Início da fase de Operação

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia estava em fase de construção da sua linha de transmissão. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1 das demonstrações financeiras, o contrato de concessão prevê o início da fase de operação da transmissão para maio de 2017.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2015


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 “F” RJ


José Carlos Monteiro
Contador
CRC 1SP 100.597/O-2

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2014
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2014	2013 (Não auditado)	Nota explicativa	2014	2013 (Não auditado)
Ativos						
<i>Ativos Circulantes</i>						
Caixa e equivalentes de caixa	4	18.485	1			
Impostos e contribuições sociais	6	266	-			
Total dos Ativos Circulantes		18.751	1			
<i>Ativos Não Circulantes</i>						
Ativo financeiro	5	2.770	-			
Total dos Ativos Não Circulantes		2.770	-			
Total dos Ativos		21.521	1			
<i>Passivos</i>						
<i>Passivos Circulantes</i>						
Fornecedores		49				
Impostos e contribuições sociais	6	183	-			
Dividendos a pagar	13	208	-			
Outras contas a pagar	9	10	-			
Total dos Passivos Circulantes		450	-			
<i>Passivos Não Circulantes</i>						
Impostos e contribuições diferidos	7	301	-			
Tributos diferidos	8	101	-			
Total dos Passivos Não Circulantes		402	-			
Total dos Passivos		852	-			
<i>Patrimônio Líquido</i>						
Capital social	12	20.001	1			
Reserva de lucros	12	668	-			
Total do Patrimônio Líquido		20.669	1			
Total dos Passivos e do Patrimônio Líquido		21.521	1			

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

MARIANA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

Demonstração do resultado
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	2014	2013 (não auditado)
Receita operacional líquida	16	2.669	-
Material		(2.620)	-
Custos operacionais		(2.620)	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras, líquidas, e dos impostos		49	-
Receitas financeiras	17	1.683	-
Despesas financeiras	17	(7)	-
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		1.676	-
Resultado antes dos impostos e das contribuições		1.725	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	11	(548)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	(301)	-
Imposto de renda e contribuição social		(849)	-
Lucro do exercício		876	-
Lucro por ação			
Lucro por ação ordinária - básico (em R\$)	15	0,0438	-
Lucro por ação ordinária - diluído (em R\$)	15	0,0438	-

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

MARIANA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

**Demonstração do resultado abrangente
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

	2014	2013 (não auditado)
Lucro do exercício	876	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	876	-

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

MARIANA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

**Demonstração das mutações do patrimônio líquido
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
			Legal	Especial		
Constituição da Companhia - AGC de 18/12/2013	12	1	-	-	-	1
Saldos em 31 de dezembro de 2013 (não auditado)		1	-	-	-	1
Aporte de capital - AGE de 25/02/2014	12	20.000	-	-	-	20.000
Lucro do exercício		-	-	-	876	876
Destinação do lucro do exercício:						
Reserva legal	12	-	44	-	(44)	-
Reserva especial	12	-	-	624	(624)	-
Dividendos obrigatórios	12	-	-	-	(208)	(208)
Saldos em 31 de dezembro de 2014		20.001	44	624	-	20.669

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

MARIANA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

**Demonstração dos fluxos de caixa
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

	Nota explicativa	2014	2013 (Não auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício		876	-
Itens de resultado que não afetam o caixa:			
Remuneração do ativo financeiro	5	(52)	-
Tributos diferidos	8	101	-
Imposto de renda e contribuição social	11	849	-
Variações nos ativos e passivos:			
Aumento no ativo financeiro	5	(2.718)	-
Aumento nos impostos e nas contribuições sociais ativos, líquido dos passivos	6	(346)	-
Aumento nos fornecedores		49	-
Aumento nas outras contas a pagar	9	10	-
Caixa gerado pelas atividades operacionais		(1.231)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos		(285)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		(1.516)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Integralização de capital	12	20.000	1
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		20.000	1
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa		18.484	1
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	4	1	-
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	4	18.485	1
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa		18.484	1

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

MARIANA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

**Demonstração do valor adicionado
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

	Nota explicativa	2014	2013 (não auditado)
Receitas			
Construção	16	2.718	-
Remuneração do ativo financeiro	16	52	-
		<u>2.770</u>	<u>-</u>
Insumos adquiridos de terceiros (incluem os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)			
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(2.620)	-
Valor adicionado bruto		<u>150</u>	<u>-</u>
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		<u>150</u>	<u>-</u>
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	17	1.683	-
		<u>1.683</u>	<u>-</u>
Valor adicionado total a distribuir		<u>1.833</u>	<u>-</u>
Impostos, taxas e contribuições			
Federais (incluem as taxas regulamentares da ANEEL)	11 e 16	950	-
		<u>950</u>	<u>-</u>
Remuneração de capitais de terceiros			
Outras despesas financeiras, líquidas	17	7	-
		<u>7</u>	<u>-</u>
Remuneração de capitais próprios			
Reserva legal	12	44	-
Reserva especial	12	624	-
Dividendos obrigatórios	12	208	-
		<u>876</u>	<u>-</u>
Valor adicionado total distribuído		<u>1.833</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

MARIANA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Apresentamos as notas explicativas que integram o conjunto das demonstrações financeiras da Companhia, distribuídas da seguinte forma:

1. INFORMAÇÕES GERAIS	10
2. BASE DE PREPARAÇÃO	10
3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.....	12
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	19
5. ATIVO FINANCEIRO	20
6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	22
7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS	22
8. TRIBUTOS DIFERIDOS	22
9. OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR.....	22
10. PARTES RELACIONADAS.....	23
11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	24
12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	25
13. DIVIDENDOS A PAGAR.....	26
14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	26
15. LUCRO POR AÇÃO.....	31
16. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	31
17. DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS	31
18. COMPROMISSOS ASSUMIDOS.....	31
19. OUTRAS INFORMAÇÕES	32

MARIANA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Mariana Transmissora de Energia S.A. ("Mariana" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem como objeto principal a exploração da concessão de serviços públicos de transmissão relativos às instalações de transmissão de energia elétrica denominada Mariana - MG, conforme estabelecido no Edital de Leilão nº 013/2013, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Companhia foi constituída em 18 de dezembro de 2013 e encontra-se em fase de construção.

Em 2 de maio de 2014, a Companhia assinou, com a ANEEL, o contrato de concessão nº 011/2014 para construção, operação e manutenção da linha de transmissão pelo prazo de 30 anos. De acordo com o referido Contrato de Concessão, a previsão para início das operações é maio de 2017.

A Mariana é uma subsidiária da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa"), empresa de capital aberto, listada no segmento de nível 2 de Governança Corporativa da BOVESPA. Conforme previsto no Contrato de Concessão assinado com a ANEEL, a Taesa, como acionista controlador, possui o compromisso de garantir que todas as obrigações e encargos estabelecidos no referido contrato sejam cumpridos.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 06 de fevereiro de 2015.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Companhia foi constituída em 18 de dezembro de 2013 e encontra-se em fase de construção. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 a Companhia não apresentou resultado, tendo informações comparativas apenas para os saldos de balanço patrimonial, demonstrações dos fluxos de caixa e demonstrações do patrimônio líquido.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos, mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

MARIANA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas estão descritas a seguir:

a) Ativo financeiro - A Companhia mensura o ativo financeiro no início da concessão ao valor justo e posteriormente o mantém ao custo amortizado. No início de cada concessão, a Taxa de Remuneração do Ativo Financeiro - TRAF é estimada pela Companhia por meio de componentes internos e externos de mercado. A TRAF é estimada por concessão e utilizada para remunerar o ativo financeiro da referida concessão.

O saldo do ativo financeiro reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela TRAF da concessão. São consideradas no fluxo de caixa futuro as estimativas da Companhia na determinação da parcela mensal da Receita Anual Permitida - RAP que deve remunerar a infraestrutura e a indenização que se espera receber do Poder Concedente no fim da concessão. O valor indenizável é considerado pela Companhia como o valor residual contábil no término da concessão.

A Companhia utiliza os seus resultados históricos como base para determinação de suas estimativas, levando em consideração o tipo de concessão, a região de operação e as especificidades de cada leilão.

b) Avaliação de instrumentos financeiros - A Companhia faz uso de técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 14 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

c) Impostos, contribuições e tributos - Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo e da complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, quando aplicável, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes das jurisdições em que a Companhia atua.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, bem como os tributos diferidos, são registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente e os aspectos mencionados no parágrafo anterior.

MARIANA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

2.5. Informações por segmento

A Companhia atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia no período apresentado nestas demonstrações financeiras.

3.1. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros não derivativos - A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia reconhece um ativo financeiro decorrente de contratos de concessão quando possui um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente ou da parte por ele indicada para os serviços de construção ou melhorias prestados. Tais ativos financeiros são mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial e classificados como empréstimos e recebíveis. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado - Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, as quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

MARIANA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma seriam classificados como disponíveis para venda.

(ii) Empréstimos e recebíveis - Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

b) Passivos financeiros não derivativos - A Companhia reconhece títulos de dívidas emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou quitadas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

c) Capital social - Ações ordinárias - Ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

3.2. Redução ao valor recuperável ("impairment")

a) Ativos financeiros (incluindo recebíveis) - Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas em nenhum dos períodos apresentados.

MARIANA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

b) Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado - A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Ativos individualmente importantes são avaliados de forma coletiva quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas em nenhum dos períodos apresentados.

c) Ativos não financeiros - Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e a contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou da Unidade Geradora de Caixa - UGC exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo (ou da UGC) para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a UGC).

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas em nenhum dos exercícios apresentados.

MARIANA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

3.3. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis

Uma provisão é reconhecida, em virtude de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico venha a ser exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

3.4. Receita operacional

Receita operacional proveniente de Contratos de Concessão: de acordo com a interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (equivalente à IFRIC 12) e a orientação técnica OCPC 05 - Contratos de Concessão, as concessionárias de transmissão de energia elétrica no ambiente regulatório brasileiro adotam o modelo do ativo financeiro, conforme estabelecido pelo parágrafo nº 93 da referida orientação.

Com base nesse modelo, a RAP é composta por uma parcela que remunera o ativo financeiro constituído (investimento realizado nas construções das linhas de transmissão) e por uma parcela que remunera a operação e a manutenção da rede de transmissão, sendo esta última reconhecida de forma linear.

As receitas de desenvolvimento da infraestrutura, incorridas na fase de construção da linha de transmissão, foram contabilizadas pelos seus valores justos com base no que ditam os pronunciamentos técnicos CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (equivalente à IAS 11) e CPC 30 (R1) - Receitas (equivalente à IAS 18) e a interpretação técnica ICPC 01 (R1), respeitando o regime de competência e adotando o método de apropriação linear da receita de operação e manutenção.

Com base no exposto anteriormente, a Companhia reconhece suas receitas quando os seus valores da receita puderem ser mensurados com segurança e seja provável que seus benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia. As principais fontes de receita da Companhia estão descritas a seguir:

- Receita financeira decorrente da remuneração do ativo financeiro da concessão a ser reconhecida até o fim do período da concessão e auferida levando em consideração a taxa de retorno de cada investimento e definida no início de cada concessão.
- Receita de operação e manutenção reconhecida de forma linear e mensurada no início de cada concessão, e com base no que dita o pronunciamento técnico CPC 30 (R1) (equivalente à IAS 18).
- Receita de desenvolvimento da infraestrutura, incorrida na fase de construção e apenas relacionada às construções das linhas de transmissão e às expansões que gerem receita adicional (receita de reforço). A receita de desenvolvimento da infraestrutura é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão da obra, de acordo com o que dita o pronunciamento técnico CPC 17 (R1) (equivalente à IAS 11) e mensurada com base nos seus valores justos. Os custos de desenvolvimento da infraestrutura são reconhecidos à medida que são incorridos.

MARIANA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

3.5. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável ("impairment") reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis).

3.6. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base no regime do lucro presumido considerando as seguintes premissas:

Imposto de renda - base de cálculo de 8% da receita, alíquota do imposto de renda de 15% e adicional de 10% da receita.

Contribuição social - base de cálculo de 12% da receita e alíquota da contribuição social de 9%.

A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social correntes é a receita bruta auferida trimestralmente acrescida de ganhos de capital, dos rendimentos e ganhos líquidos auferidos em aplicações financeiras (renda fixa e variável) e das variações monetárias ativas e demais resultados positivos obtidos pela Companhia.

Quanto aos impostos diferidos, foram calculados em relação à diferença de receita verificada pela aplicação das novas práticas contábeis em atendimento às orientações contidas na interpretação técnica ICPC 01 (R1). Pela aplicação dessa norma, o ativo imobilizado relativo ao contrato de concessão foi reclassificado para o custo de construção da linha de transmissão, e foi constituída uma rubrica de recebíveis de concessão de serviços em que foram registrados o saldo da receita do contrato de concessão e a sua atualização.

Os impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Os impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Estando a Companhia sujeita ao Regime Tributário de Transição - RTT, deve eliminar os ajustes decorrentes da Lei nº 11.638/07 e diversos CPCs, a fim de restabelecer as regras vigentes até 31 de dezembro de 2007. Dessa forma, comparando o método novo e o antigo, a diferença (a maior) na receita reconhecida no resultado foi considerada como base de cálculo para os impostos diferidos.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

MARIANA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

A linha de despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos.

Ativos de impostos diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável, ou pela compensação dos créditos com débitos próprios.

Lei nº 12.973/2014 (MP 627/2013) – Os dispositivos contidos na Medida Provisória nº. 627, de 11 de novembro de 2013, convertida na Lei 12.973, de 13 de maio de 2014 e regulamentada pela Instrução Normativa RFB nº 1.515 de 24 de novembro de 2014, trouxeram mudanças relevantes para as regras tributárias federais, entre elas: (i) integração da legislação tributária às normas societárias, (ii) revogação do Regime Tributário de Transição - RTT, e (iii) não incidência de IRPJ sobre dividendos distribuídos durante os anos calendários de 2008 a 2013. Os dispositivos da Lei entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário de 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada a partir do ano-calendário de 2014. A sua adoção antecipada para 2014 elimina potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados ao pagamento de dividendos, correspondentes ao ano calendário de 2014.

A Administração, baseada em análises sobre os efeitos decorrentes da aplicação da referida lei, concluiu que a adoção antecipada culminaria na elevação de carga tributária em relação a legislação vigente e, com isso, decidiu em não optar pela aplicação antecipada no exercício de 2014.

A elevação da carga tributária no exercício de 2014 se daria pela mudança introduzida pela referida lei que alterou o art. 15 da Lei 9.249/1995 incluindo a alínea e no inciso III do §1º do referido artigo, onde se lê que será aplicado o percentual de 32% para atividades de prestação de serviços de construção, recuperação, reforma, ampliação ou melhoramento de infraestrutura vinculados a contratos de concessão de serviços públicos. Portanto, o percentual de 8% sobre a receita bruta, acrescida das demais receitas, para determinar a base de cálculo da apuração do Lucro Presumido conforme legislação vigente, passaria para 32%, caso a Companhia optasse pela adoção antecipada da Lei 12.973/14 no ano calendário de 2014.

Apesar dos dispositivos da lei entrarem em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário de 2015, o saldo do imposto de renda e contribuição social diferidos passivo em 31 de dezembro de 2014 foi acrescido em R\$216 para refletir a realização do referido imposto à alíquota de 32% a partir de janeiro de 2015.

3.7. Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e da média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, entre o exercício anterior e o respectivo exercício.

MARIANA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

3.8. Demonstração de valor adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela ANEEL, como parte de suas demonstrações financeiras.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

3.9. Normas e interpretações novas e revisadas

3.9.1. Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou efeito material sobre as demonstrações financeiras.

A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas que passaram a ser aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2014. A aplicação dessas normas não teve impacto relevante nos montantes divulgados no exercício atual nem em exercícios anteriores.

- Modificações à IAS 32 (CPC 39) - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros.
- Modificações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 - Entidades de Investimento.
- Modificações à IAS 36 (CPC 01 (R1)) - Divulgação de Montantes Recuperáveis para Ativos Não Financeiros.
- Modificações à IAS 39 - Compensação de Derivativos e Continuação da Contabilidade de "Hedge".
- IFRIC 21 - Taxas do Governo.

3.9.2. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não adotadas.

A Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não efetivas:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (d).
- IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes (c).
- Modificações à IAS19 (CPC 33) – Benefícios a Empregados (a).
- Modificações às IFRSs – Ciclos de Melhorias Anuais 2010-2012 (a).
- Modificações às IFRSs – Ciclos de Melhorias Anuais 2011-2013 (a).
- Modificações à IFRS 11 - Contabilizações de Aquisições de Participações em Operações Conjuntas ("Joint Operation") (b).
- Modificações à IAS 16 e IAS 41 - Ativo Imobilizado, Ativo Biológico e Produto Agrícola (b).
- Modificações à IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimentos sobre os Métodos aceitos de Depreciação e Amortização (b).
- Modificações à IAS 27 – Opção para Utilização do Método de Equivalência Patrimonial nas Demonstrações Financeiras Separadas (b).

MARIANA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

- Modificações à IFRS 10 e IAS 28 – Venda ou Contribuição de Ativos entre Investidor e seu Associado ou “Joint Venture” (b).
- Modificações às IFRSs – Ciclos de Melhorias Anuais 2012-2014 (b).
- Modificações à IAS 1 – Esclarecimentos sobre o processo julgamental de divulgações das Demonstrações Financeiras (b).
- Modificações às IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 – Aplicação de exceções de consolidação de entidades de investimento (b).

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após:

- (a) 1º de janeiro de 2015.
- (b) 1º de janeiro de 2016.
- (c) 1º de janeiro de 2017.
- (d) 1º de janeiro de 2018.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes para determinadas IFRSs anteriormente citadas, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada das IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo do CFC.

A Companhia não adotou de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014. É esperado que nenhuma dessas novas normas tenha efeito material sobre as demonstrações financeiras, exceto pela IFRS 9 que pode modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2014	2013 (não auditado)
Caixa e bancos	12	1
Aplicações financeiras:		
- Fundo de investimento	18.473	-
	18.485	1

Caixa e equivalentes de caixa compreendem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo, que são de grande liquidez e prontamente conversíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estão sujeitas a um risco insignificante de alterações de valor.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia é participante do Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Pampulha Renda Fixa - Crédito Privado, que se constitui em um fundo exclusivo dos Grupos Taesa e CEMIG (acionistas direto e indireto da Companhia, respectivamente), concentrando 100% das suas aplicações financeiras no referido fundo. A rentabilidade média obtida pelo fundo foi de aproximadamente 104,19% da taxa referencial do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

A Administração da Taesa, controladora da Companhia, declara que a liquidez diária das aplicações da mesma no Fundo Pampulha está garantida, sem qualquer risco de perda de principal e juros auferidos até a data de emissão do presente relatório.

A exposição da Companhia aos riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 14.

MARIANA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

5. ATIVO FINANCEIRO

	2014	2013 (não auditado)
Não circulante	2.770	-

A taxa utilizada pela Companhia para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, tendo sido apurada por meio da metodologia do "Capital Asset Pricing Model - CAPM", cuja composição observou os valores à época da realização do investimento.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia registrou uma receita de remuneração do ativo financeiro de R\$52.

Movimentação do ativo financeiro	TRAF (*)	2013	Juros, atualização monetária e outros	Adição	Recebimentos	2014
LT Itabirito II/Vespasiano II	6%	-	52	2.718	-	2.770

(*) Refere-se à taxa de remuneração do ativo financeiro definida na nota explicativa nº 2.4.a.

- Principais características do contrato de concessão assinado entre a concessionária e a ANEEL:

RAP - a prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

Faturamento da receita de operação, manutenção e construção - pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito ao faturamento anual de operação, manutenção e construção, reajustado anualmente e revisado a cada cinco anos.

Parcela variável - a receita de operação, manutenção e construção estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST. A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da receita anual de operação, manutenção e construção da transmissora, relativa ao período contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive esse mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 318, de 6 de outubro de 1998, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e construção dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração.

Ativo financeiro indenizável - extinção da concessão e reversão de bens vinculados ao serviço público de energia elétrica - o advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, sendo procedidos os levantamentos e avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

MARIANA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão - RGR, na forma do artigo 33 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, Regulamento dos Serviços de Energia Elétrica, e do artigo 4º da Lei nº 5.655/71, alterado pelo artigo 9º da Lei nº 8.631/93, depois de finalizado o processo administrativo e esgotados todos os prazos e instâncias de recursos, em uma parcela, corrigida monetariamente até a data de pagamento. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pelas concessões das linhas de transmissão de energia elétrica por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A Administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual do ativo imobilizado.

Renovação ou rescisão - a critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por no máximo igual período, de acordo com o que dispõe o parágrafo 3º do artigo 4º da Lei nº 9.074/95, mediante requerimento da transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão.

Aspectos ambientais - a transmissora deverá construir, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias perante o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências. Independentemente de outras exigências do órgão licenciador ambiental, a transmissora deverá implementar medidas compensatórias, na forma prescrita no artigo 36 da Lei nº 9.985/00, que trata de "*reparação de danos ambientais causados pela destruição de florestas e outros ecossistemas*", a serem detalhadas na apresentação do Projeto Básico Ambiental, de sua responsabilidade, ao órgão competente, submetendo-se ainda às exigências dos órgãos ambientais dos Estados onde serão implantadas as linhas de transmissão.

Descumprimento de penalidades - nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL, usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, poderá a ANEEL propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso da caducidade.

- Estrutura de formação da RAP

A Companhia receberá pela prestação do Serviço Público de Transmissão o pagamento da Receita Anual Permitida (RAP) de R\$10.990, receita resultante do leilão, salvo o montante necessário à cobertura das contribuições sociais recuperáveis, relativas ao Programa de Integração Social - PIS e ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP e à Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, a ser auferida a partir da data de disponibilidade para operação comercial das instalações de transmissão.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes é divulgada na nota explicativa nº 14.

MARIANA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	2014	2013 (não auditado)
Ativo Circulante		
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS a compensar	15	-
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF (a)	251	-
	266	-
Passivo Circulante		
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL correntes (b)	173	-
Imposto Sobre Serviços - ISS	2	-
Outros	8	-
	183	-

(a) Referem-se ao IRRF sobre o resgate de recursos oriundos de aplicações financeiras.

(b) Referem-se substancialmente às provisões do IRPJ e da CSLL a pagar apurados pela Companhia, através da sistemática do lucro presumido.

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS

A seguir, o detalhamento dos créditos fiscais incidentes sobre os valores que constituem diferenças temporárias, que serão utilizados para redução de carga tributária futura.

	2014	2013 (não auditado)
Passivo		
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL sobre diferenças temporárias (*)	301	-

(*) Ajustes substancialmente relacionados à aplicação da interpretação técnica ICPC 01 (R1).

8. TRIBUTOS DIFERIDOS

	2014	2013 (não auditado)
PIS e COFINS sobre diferenças temporárias (*) - Passivo	101	-

(*) Ajustes substancialmente relacionados à aplicação da interpretação técnica ICPC 01 (R1).

9. OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR

	2014	2013 (não auditado)
Passivo circulante		
Partes relacionadas (a)	9	-
Outros	1	-
	10	-

(a) Vide nota explicativa nº 10.

MARIANA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

10. PARTES RELACIONADAS

As operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a Companhia, seus acionistas, empresas ligadas e profissionais-chave da Administração, cujos saldos estão registrados na rubrica "Outras contas a pagar".

Os principais saldos em 31 de dezembro de 2014, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício apresentado, estão detalhados a seguir:

Balanco Patrimonial	2014	2013 (não auditado)
<u>Passivo circulante</u>		
Contas a pagar à Taesa (a.1)	9	-
	9	-

Resultado	2014	2013 (não auditado)
<u>Custos operacionais</u>		
Serviço de terceiros - Mariana x Taesa - "back-office" (a.1)	9	-

A natureza e as condições das transações mantidas entre a Companhia e as partes relacionadas estão descritas a seguir:

a.1. Mariana x Taesa - contrato de serviços de "back-office"

Objeto do contrato: contrato de prestação de serviços de "back-office" para atividades administrativas.

Natureza e razão para operação: prestação de serviços administrativos.

Data da transação: 17 de novembro de 2014. O contrato foi anuído pela ANEEL, através do Despacho nº 4.846 de 17 de dezembro de 2014, publicado no Diário Oficial em 18 de dezembro de 2014.

Montante envolvido: R\$19 (valor mensal contratual - não corrigido).

Saldo existente: R\$9 em 31 de dezembro de 2014.

Resultado: R\$9 em 31 de dezembro de 2014.

Taxa de juros cobrada: não houve.

Atualização monetária: atualização anual pelo IPCA.

Vigência/duração: quatro anos a partir da data de assinatura (17 de novembro de 2018).

Condições de rescisão ou extinção: o contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante comunicação por escrito com antecedência mínima de 30 dias, na hipótese de recuperação judicial ou extrajudicial e/ou falência de uma das partes, independente de notificação judicial ou extrajudicial.

Garantias e seguros relacionados: não houve.

Outras informações relevantes: não houve.

Adicionalmente, a Companhia mantém parte de suas aplicações financeiras em um fundo de investimento exclusivo do Grupo (Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Pampulha Renda Fixa - Crédito Privado). Outras informações estão detalhadas na nota explicativa nº 4.

MARIANA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2014	2013 (não auditado)
Imposto de renda e contribuição social correntes	548	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	301	-
Imposto de renda e contribuição social	849	-

As declarações de imposto de renda e contribuição estão sujeitas à revisão por parte das autoridades fiscais por cinco anos a partir de sua data-base. Os impostos e demais contribuições estão igualmente sujeitos à revisão e eventual tributação, variando o prazo de prescrição, em cada caso.

Correntes - a Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime do lucro presumido. Em 31 de dezembro de 2014, a conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e debitada no resultado, é demonstrada como segue:

	2014		2013 (não auditado)	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional bruta	2.770	2.770	-	-
(+) Ajuste novas regras - Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09	(2.770)	(2.770)	-	-
	-	-	-	-
Percentual	8%	12%	-	-
	-	-	-	-
Demais receitas:				
Renda de aplicação financeira	1.683	1.683	-	-
Base de cálculo	1.683	1.683	-	-
Imposto de renda - 15%	253	-	-	-
Adicional de imposto de renda - 10%	144	-	-	-
Contribuição social - 9%	-	151	-	-
Total de despesa	397	151	-	-
Total de IRPJ e CSLL		548		-

Diferidos - o imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos (que afetem diretamente a receita, uma vez que a Companhia é tributada pelo lucro presumido) e o respectivo valor contábil, incluindo-se entre elas os ajustes decorrentes das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 em virtude da adoção do RTT e também o ajuste requerido pela Lei nº 12.973/14 detalhados na nota explicativa 3.6.

	2014	2013 (não auditado)
Imposto de renda	221	-
Contribuição social	80	-
Total	301	-

MARIANA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social - em 31 de dezembro de 2014, o capital social totalmente integralizado era de R\$20.001 (R\$1 em 31 de dezembro de 2013), representado por 20.001.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, ao preço de R\$1 (um real) por ação. A composição acionária em 31 de dezembro de 2014 era a seguinte:

Acionistas	Quantidade de ações ordinárias integralizadas	Capital integralizado (%)
Taesa	20.001	100,00
Total	20.001	100,00

Os titulares de ações ordinárias têm direito a um voto por ação na Assembleia Geral.

Data	Aprovação	Evento	Capital integralizado
18/12/2013	AGC	Constituição da Companhia	1
25/02/2014	AGE	Aporte de capital	20.000
			20.001

Reserva de lucros

a) Reserva legal - constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

b) Outras reservas de lucros (reserva especial) - constituídas com todo ou parte do lucro remanescente com a finalidade de: (i) compensar, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável ou estimável; e (ii) utilização futura em conformidade com o orçamento anual ou plurianual de capital previamente aprovado pela Assembleia Geral. O aludido orçamento poderá ser aprovado anualmente em Assembleia Geral Ordinária - AGO que delibera sobre as demonstrações financeiras do exercício.

Dividendos obrigatórios - O estatuto social da Companhia prevê o pagamento de dividendos anual mínimo obrigatório de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício apurado na forma da Lei nº 6.404/76.

Proposta de destinação do lucro do exercício	2014
Lucro do exercício	876
- Reserva legal (5%)	(44)
- Dividendos obrigatórios (25%)	(208)
- Reserva especial	(624)

MARIANA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

13. DIVIDENDOS A PAGAR

	2014	2013 (não auditado)
Dividendos a pagar à Taesa	208	-
	208	-

O estatuto social da Companhia prevê o pagamento de dividendos anual mínimo obrigatório de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício apurado na forma da Lei nº 6.404/76.

Em 31 de dezembro de 2014, os dividendos obrigatórios foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo circulante no valor de R\$208 (R\$0 em 31 de dezembro de 2013).

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

14.1. Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela Administração. Esses riscos incluem o risco de mercado (inclusive risco de moeda, de taxa de juros e outros riscos operacionais), de crédito e de liquidez.

A Companhia objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, por meio do gerenciamento de suas atividades. O cumprimento das políticas e dos limites de exposição é revisado pela Administração em base contínua. A Companhia não contrata nem negocia instrumentos financeiros, inclusive instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos.

14.2. Gestão do risco de capital

A Companhia administra seus capitais para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

14.3. Categorias de instrumentos financeiros relevantes

	2014	2013 (não auditado)
Ativos financeiros		
<i>Mensurados a valor justo por meio de resultado</i>		
- Caixa e equivalentes de caixa	18.485	1
<i>Empréstimos e recebíveis</i>		
- Ativo financeiro	2.770	-
	21.255	1
Passivos financeiros		
<i>Outros passivos financeiros</i>		
- Fornecedores	49	-
	49	-

MARIANA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

14.4. Risco de mercado

Por meio de suas atividades, a Companhia fica exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros (vide nota explicativa nº 14.5).

A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados. Para minimizar esse risco a Companhia monitora permanentemente as oscilações dos índices de inflação.

A Companhia poderá enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso que sejam adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou suas obrigações de reembolso de dívida. Para minimizar esse risco a Companhia monitora permanentemente o cronograma de pagamento de suas obrigações e a sua geração de caixa.

Não houve mudança relevante na exposição da Companhia quanto aos riscos de mercado ou na maneira pela qual ela administra e mensura esses riscos.

14.5. Gestão do risco de taxa de juros

A Companhia está exposta às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre aplicações financeiras. Esse risco é administrado por meio do monitoramento dos movimentos de taxas de juros e manutenção de um "mix" apropriado entre ativos e passivos denominados em taxa de juros pós-fixadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros pós-fixadas de ativos financeiros está detalhada no item "Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros" desta nota explicativa.

14.6. Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros

A Companhia efetuou testes de análises de sensibilidade conforme requerido pelas práticas contábeis.

As análises de sensibilidade apresentadas a seguir foram elaboradas com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos, não derivativos, relevantes, em aberto no fim do período deste relatório. Essas análises de sensibilidade foram preparadas assumindo que o valor dos ativos a seguir estivesse em aberto durante todo o período, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

As taxas utilizadas para cálculo dos cenários prováveis são referenciadas por fonte externa independente, cenários estes que são utilizados como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente) na exposição líquida, quando aplicável, conforme apresentado a seguir:

	Taxa anual acumulada até 31/12/2014	Cenário provável	Cenário A (deterioração de 25%)	Cenário B (deterioração de 50%)
CDI (i)	10,77%	13,00%	9,75%	6,50%

(i) Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil - BACEN (Relatório Focus - Mediana Top 5 de médio prazo), em 26 de janeiro de 2015.

MARIANA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

As análises de sensibilidade efetuadas em 31 de dezembro de 2014 estão apresentadas a seguir:

Exposição líquida dos instrumentos financeiros não derivativos Risco: queda da taxa	Saldo em 31/12/2014	Efeito líquido no resultado/patrimônio líquido janeiro a dezembro de 2014 - aumento (redução)		
		Provável	Cenário A	Cenário B
Ativos financeiros				
<i>Equivalentes de caixa e depósitos vinculados e outros investimentos</i>				
- CDI	18.473	412	(188)	(789)

14.7. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Esse risco é basicamente proveniente dos investimentos mantidos com bancos e instituições financeiras.

O risco de crédito em fundos e instrumentos financeiros derivativos é limitado porque as contrapartes são representadas por bancos e instituições financeiras de primeira linha, o que caracteriza uma grande probabilidade de que nenhuma contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

Com relação ao risco de crédito proveniente das transações com clientes e o ativo financeiro de concessão, a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para perdas ou análises de crédito em relação aos seus clientes, pois o Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST, celebrado entre o NOS e a Companhia, garante o recebimento dos valores devidos pelos usuários, pelos serviços prestados por meio do Contrato de Constituição de Garantia - CCG e da Carta de Fiança Bancária - CFB.

As principais vantagens desses mecanismos de proteção são: (a) riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores; (b) as garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários; e (c) negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao NOS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

14.8. Gestão dos riscos operacionais

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

Os principais riscos operacionais que a Companhia está exposta são:

Riscos regulatórios - extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente.

Risco de interrupção do serviço - em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita à redução de sua receita por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

MARIANA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas - caso a Companhia expanda os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão, poderão incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades.

Os atrasos de construção de novas instalações podem estar ligados ao fato de a Companhia depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, por isso, está sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega dos equipamentos ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.

Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, há disponibilidade de poucos fornecedores e, para determinados equipamentos, há um único fornecedor.

Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos, pode não haver possibilidade de aquisição de tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica poderá ser afetada, sendo obrigada a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a sua condição financeira e seus resultados operacionais.

Risco técnico - a infraestrutura das concessões é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários à recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (parcela variável).

O objetivo da Companhia é o de administrar os riscos operacionais mencionados anteriormente para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. A principal responsabilidade para o desenvolvimento e a implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração em cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações.
- Exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações.
- Cumprimento com exigências regulatórias e legais.
- Documentação de controles e procedimentos.
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados.
- Exigências de reportar os prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas.
- Desenvolvimento de planos de contingência.
- Treinamento e desenvolvimento profissional.
- Padrões éticos e comerciais.
- Mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

MARIANA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

14.9. Valor justo dos instrumentos financeiros e derivativos

	Nota	2014		2013 (não auditado)	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	4	18.485	18.485	1	1
Ativo financeiro	5	2.770	2.770	-	-
		21.255	21.255	1	1
Passivos financeiros					
Fornecedores		49	49	-	-
		49	49	-	-

Hierarquia do valor justo

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos, (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços), e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros registrados e classificados pela Companhia a valor justo por meio de resultado foram classificados no Nível 2. Não houve instrumentos financeiros alocados aos Níveis 1 e 3, nem ocorreram transferências de níveis no período observado.

Técnica(s) de avaliação e informações usadas

No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e os valores justos, foi considerado o que segue:

Caixa e equivalentes de caixa: contas correntes valorizadas conforme posições dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI na data da apresentação das demonstrações financeiras.

Ativo financeiro: o ativo financeiro no início da concessão é mensurado ao valor justo e, posteriormente, mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão, a taxa de desconto é calculada com base no custo de capital próprio e está auferida através de componentes internos e de mercado.

A Companhia adotou a metodologia de apuração do valor justo do ativo financeiro, através do recálculo da taxa de remuneração. Dessa forma, o valor justo do ativo financeiro mantido pela Companhia foi determinado de acordo com o modelo de precificação com base em análise do fluxo de caixa descontado e utilizando a taxa de desconto atualizada.

A taxa de desconto atualizada considera a alteração de variáveis de mercado e mantém as demais premissas utilizadas no início da concessão. Os componentes considerados variáveis de mercado são a inflação americana e a taxa livre de risco, tendo sido estes atualizados com base nas informações disponíveis em 31 de dezembro de 2014.

Fornecedores: o valor justo para os fornecedores é idêntico ao saldo contábil, uma vez que tem prazo de pagamento médio de 60 dias.

MARIANA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

15. LUCRO POR AÇÃO

	2014	2013 (não auditado)
Resultado do exercício	876	-
Quantidade de ações ordinárias	20.001	1
Resultado por ação ordinária - básico	0,0438	-
Resultado por ação ordinária - diluído	0,0438	-

A Companhia não possui instrumentos com efeito dilutivo.

16. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2014	2013 (não auditado)
Construção	2.718	-
Remuneração do ativo financeiro	52	-
Receita operacional bruta	2.770	-
PIS e COFINS	(101)	-
Deduções da receita	(101)	-
Receita operacional líquida	2.669	-

Conciliação entre a receita bruta e a receita registrada para fins tributáveis	2014	2013 (não auditado)
Receita operacional bruta	2.770	-
(+/-) Efeitos de ajustes societários (*)	(2.770)	-
Receita operacional bruta tributável	-	-

(*) Ajustes decorrentes da aplicação da interpretação técnica ICPC 01 (R1).

17. DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS

	2014	2013 (não auditado)
Renda de aplicação financeira	1.683	-
Receitas financeiras	1.683	-
Outras despesas financeiras, líquidas	(7)	-
Despesas financeiras	(7)	-
	1.676	-

18. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Aspectos ambientais - Em 18 de novembro de 2014 foi protocolado o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do empreendimento Linha de Transmissão 500 kV – Itabirito 2 / Vespasiano 2 junto a Superintendência Regional de Regularização Ambiental (SUPRAM), órgão responsável para efetuar o processo de Licenciamento Ambiental.

MARIANA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

19. OUTRAS INFORMAÇÕES

Aprovação do REIDI – O Aviso de Homologação e Adjudicação nº 13/2013 - ANEEL, de 04 de fevereiro de 2014 e o Contrato de Concessão ANEEL nº 011/2014, de 02 de maio de 2014, concederam à Mariana Transmissora de Energia S.A. autorização para a construção das infraestruturas, bem como estabeleceram os valores das parcelas da Receita Anual Permitida - RAP. A Portaria MME nº 182, de 24 de julho de 2014, aprovou o enquadramento do projeto no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, e sua habilitação por parte da Receita Federal do Brasil foi concedida através do Ato Declaratório Executivo nº 394, de 27 de outubro de 2014.

Demonstrações financeiras societárias e regulatórias - as demonstrações financeiras societárias estão disponíveis no "site" do acionista da Companhia, e as demonstrações financeiras regulatórias serão disponibilizadas no mesmo "site" a partir de 30 de abril de 2015. (<http://ri.taesa.com.br>)

* * * * *

MARIANA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

DIRETORIA	
NOME	CARGO
José Aloise Ragone Filho	Diretor sem denominação específica
Cristiano Correa de Barros	Diretor sem denominação específica
Marco Antônio Resende Faria	Diretor sem denominação específica

Wagner Rocha Dias
Contador
CRC-RJ-112158/O-3
CPF nº 778.993.777-49